

A OBRA INFANTIL “O CABELO DE LELÊ”, DE VALÉRIA BELÉM EM DIÁLOGO COM A LEI 10.639/03

CHILDREN'S BOOK "O CABELO DE LELÊ", BY VALÉRIA BELÉM IN DIALOGUE WITH LAW 10.639/03

Lisiane Oliveira e Lima Luiz¹

¹Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). Cuiabá, MT – Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-3859-7127>

lisiane.oliveira@unemat.br

Recebido em 16 mar. 2022

Aceito em 20 jun. 2022

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a obra infantil *O cabelo de Lelê* (2012), de Valéria Belém apontando na análise a importância da representatividade de meninas negras de cabelos crespos como protagonistas dos livros infantis contribuindo para a elevação da autoestima dessas crianças e apontando possibilidades de aplicação da Lei 10.639/03 em diálogo com a Literatura Infantil. Acreditamos que a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares contribuiu para a publicação de obras voltadas para essa temática. Nessa perspectiva enquadra-se a obra *O cabelo de Lelê*, pois Valéria Belém conta com muito encanto e realidade o drama de uma criança negra em busca de respostas sobre suas origens e como aconteceu o processo de aceitação do seu cabelo. Para embasar nossas análises utilizaremos como referencial teórico: Amâncio (2014), Coelho (2000), Gomes (2017), Fage (2010), Munanga (2009), Ribeiro (2019), entre outros. O livro analisado retrata este momento libertador em que uma menina descobre, por meio de um livro de História da África, a origem do formato do seu cabelo. Não se tratava apenas em dizer que era “diferente” dos demais. Mas, que o formato do seu cabelo era a marca da identidade geográfica, histórica e cultural dos seus ancestrais africanos. É fundamental que as crianças negras se vejam representadas positivamente nos livros infantis para que assim tenham uma formação saudável da sua autoimagem, e, conseqüentemente, a autoestima elevada.

Palavras-chave: Autoestima. Lei 10.639/03. Literatura infantil. O cabelo de Lelê. Valéria Belém.

Abstract: This article aims to analyze the children's work *O Cabelo de Lelê* (2012), by Valéria Belém, pointing out in the analysis the importance of the representation of black girls with curly hair as protagonists of children's books, contributing to the elevation of these children's self-esteem and pointing out possibilities application of Law 10.639/03 in dialogue with Children's Literature. We believe that Law 10.639/03, which made the teaching of Afro-Brazilian History and Culture mandatory in primary and secondary, official and private schools, contributed to the publication of works on this subject. In this perspective, the work *O Cabelo de Lelê* fits in, because Valéria Belém tells with great charm and reality the drama of a black child in search of answers about her origins and how the process of accepting her hair happened. To support our analysis, we will use as theoretical reference: Amâncio (2014), Coelho (2000), Gomes (2017), Fage (2010), Munanga (2009), Ribeiro (2019), among others. The book analyzed portrays this liberating moment in which a girl discovers, through an African History book, the origin of the shape of her hair. It was not just about saying that he was “different” from the others. But, that the shape of his hair was the mark of the geographical, historical and cultural identity of his African ancestors. It is essential that black children see themselves positively represented in children's books so that they have a healthy formation of their self-image, and, consequently, high self-esteem.

Keywords: Self-esteem. Law 10.639/03. Children's literature. O cabelo de Lelê. Valéria Belém.

INTRODUÇÃO

Com certa frequência, temos visto nos noticiários e vídeos compartilhados na internet o sofrimento das meninas negras e meninos negros quando são ofendidos nas escolas por diretores ou colegas brancos por causa dos cabelos crespos e cheios. São comportamentos que reproduzem um discurso que foi altamente difundido no Renascimento por filósofos e cientistas: o caráter distintivo da raça negra, como cor, cabelo, traços do rosto, entre outros, e essa distinção colocava os negros em uma posição de inferioridade em relação aos brancos (MUNANGA, 2009). Como exemplo, podemos citar o caso que ocorreu no ano de 2019 em uma escola localizada em São José do Ribamar, Maranhão. De acordo com o site *Hypeness* (2019), a criança chegou em casa pedindo a mãe que não cortasse o cabelo dela. Quando a mãe dirigiu-se à escola, percebeu que o filho havia sofrido discriminação, pois a diretora informou: “mãezinha, com esse cabelo não pode”, pois o cabelo da criança não seguia “um padrão em que as outras crianças da escola seguiam, de cabelo baixo, estilo social” (HYPENESS, 2019, *online*). Isso, nos faz questionar sobre a falta de diversidade na escola, um local, em que essa deveria ser regra. Outra questão que gera reflexões é o fato dos negros representarem 74% da população do Maranhão e a questão do cabelo afro ser uma marca distintiva e discriminatória em uma escola pública do Município. Algumas perguntas são relevantes nesse contexto: a escola aplica a Lei 10.639/03? De que forma a Lei 10.639/03 contribui para que casos como esse não se repitam em escolas do Brasil? No decorrer do artigo, mostraremos possibilidades de aplicação da Lei 10.639/03 em diálogo com a literatura infantil *O cabelo de Lele* (2012), de Valéria Belém, objeto de análise deste artigo.

O caso citado nos faz refletir sobre a luta do Movimento Negro contra a desigualdade e afirmação racial, pois antes do Movimento da Negritude¹ ganhar força nos Estados Unidos e na França muitas mulheres negras alisavam os cabelos como forma de negarem suas raízes e serem aceitas na sociedade. No entanto, tudo que a

¹ Movimento da Negritude: “Vale dizer que a Negritude, em seu estágio inicial, pode ser definida primeiramente como tomada de consciência da diferença, como memória, como fidelidade e como solidariedade. [...] Ela não é nem da ordem do patético nem do choramingo. A Negritude resulta de uma atitude proativa e combativa do espírito. Ela é um despertar; despertar de dignidade. Ela é uma rejeição; rejeição da opressão. Ela é luta, isto é, luta contra a desigualdade” (CÉSAIRE, 2010, p. 107).

mulher negra ou homem negro faziam para “embranquecer” era rejeitado e ridicularizado: “As negras desesperam-se, alisando os cabelos e torturando a pele com produtos químicos, a fim de clareá-la um pouco. Escondem-se o passado, as tradições, as raízes” (MUNANGA, 2009, p. 40). Sendo assim, o Movimento da Negritude veio como um movimento de orgulho racial e de valorização de tudo que fazia referência à história e à cultura africana. A professora Nilma Lino Gomes no livro *O movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação* (2017), aponta a importância do Movimento Negro no Brasil como um ator político, pois:

Conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades sociais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante (GOMES, 2017, p. 21).

Dessa forma, o Movimento Negro questiona a História do Brasil e reivindica uma reeducação para as relações étnico-raciais. Gomes afirma que a ideia de beleza é construção de um grupo e num contexto de globalização são impostos padrões de beleza ocidentais universais, como “a beleza é branca, o corpo bonito é o magro e o cabelo liso é o ‘bom’ (GOMES, 2017, p. 110). Sendo assim, casos de exclusão e segregação como o que aconteceu no Maranhão deveriam provocar estranhamento, pois vivemos em uma sociedade que cultiva o ideal branco, quando a realidade é que somos um país no qual mais de 50% da população é negra (IBGE, 2019), e o cabelo afro é estigmatizado.

Na obra *O cabelo de Lelê* (2012), Valéria Belém conta com muito encanto, cor, orgulho, afirmação racial e realidade o drama de uma criança negra em busca de respostas sobre suas origens e como aconteceu o processo de aceitação do seu cabelo que julgava “estranho” e diferente dos demais.

A autora, Valéria Belém, recebeu o título de jornalista amiga da criança pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), com sede em Brasília; publicou trinta livros de diferentes temáticas como padrões de beleza, bullying, vida e morte. Dentre os livros publicados citamos alguns: *Tudo em cores e outras poesias* (2004), *História da história e outras poesias* (2005), *Quem é linda?* (2007), *O espelho de Lelê* (2013), *O sorriso de Lelê* (2019), entre outras publicações. A escritora relata em entrevista concedida ao *Portal dos jornalistas* (2017) ter como maior sonho “tocar o

coração daqueles que leem seus livros, assim como ela já foi tocada por vários autores”. No livro infantil *O cabelo de Lelé* (2012), a escritora, uma mulher branca, ao escrever sobre o negro corrobora com o que o crítico Domício Proença Filho conceitua sobre literatura negra *latu sensu*:

À luz dessas observações, será **negra**, em sentido restrito, uma literatura feita por negros e descendentes assumidos de negros, e, como tal, reveladora de visões de mundo, de ideologias e de modos de realização que, por força de condições atávicas, sociais e históricas, se caracteriza por uma certa especificidade, ligada a um intuito claro de singularização cultural. **Latu sensu**, será a arte literária feita por quem quer que seja, desde que reveladora de dimensões peculiares aos negros ou aos descendentes de negros (PROENÇA FILHO, 1988, p. 78 *apud* DUARTE, 2010, p. 116, grifo do autor).

Partindo desse conceito de Proença Filho (1988 *apud* DUARTE, 2010) compreende-se que a literatura negra *latu sensu* é aquela em que o sujeito enunciador tem como projeto literário o resgate da dignidade social e cultural dos afrodescendentes. Sendo assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a obra infantil *O cabelo de Lelé* apontando na análise a importância da representatividade de meninas negras de cabelos crespos como protagonistas dos livros infantis contribuindo, dessa forma, para a elevação da autoestima das crianças negras.

BREVES REFLEXÕES SOBRE A LITERATURA INFANTIL EM DIÁLOGO COM A LEI 10.639/03: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

A história é uma fonte na qual poderemos não apenas ver e reconhecer nossa própria imagem, mas também beber e recuperar nossas forças, para prosseguir adiante na caravana do progresso humano.

Joseph Ki-Zerbo

A literatura infantil no Brasil vem ganhando espaço e reconhecimento nas premiações nacionais, como exemplo podemos citar, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ) ([2019?]) que no ano de 1975 iniciou a premiação anual com o Prêmio FNLIJ- O Melhor para Criança, distinção máxima que é concedida aos melhores livros infantis e juvenis em Língua Portuguesa. Na atualidade, a premiação conta com diversas categorias: Criança, Jovem, Imagem, Informativo, Poesia, Livro Brinquedo, Teatro, Teórico, Reconto, Literatura em Língua Portuguesa, Tradução/Adaptação Criança, Tradução/Adaptação Jovem, Tradução/Adaptação,

Informativo, Tradução/ Adaptação Reconto, Revelação Escritor, Revelação Ilustrador, Melhor Ilustração e Projeto Editorial. Essas estratégias visam estimular a produção de escritores e ilustradores.

Mas, nem sempre, a Literatura infantil teve um lugar de destaque. Na verdade, as crianças não tinham uma literatura escrita para elas, os livros eram escritos para os adultos. E como a criança era vista como um “adulto em miniatura”, os textos infantis eram uma adaptação dos textos para os adultos. Retirava-se os aspectos linguísticos que poderiam causar dificuldades de interpretação e procurava-se valorizar somente os aspectos aventureiros e de ensinamentos (bem *versus* mal, certo *versus* errado) para as crianças. O objetivo era levar o pequeno leitor a começar a compreender os diferentes aspectos da vida real e levá-lo também ao encantamento proporcionado pelos contos maravilhosos. Por esse motivo, por muito tempo, a literatura infantil foi vista pela crítica como um gênero secundário que objetivava apenas entreter e manter a criança quieta (COELHO, 2000). Por isso, criou-se uma mentalidade incorreta em relação à literatura infantil, de acordo com Nelly Novaes Coelho (2000, p. 29): “Vulgarmente, a expressão “literatura infantil” sugere de imediato a ideia de belos livros coloridos destinados à distração e ao prazer das crianças em lê-los, folheá-los ou ouvir suas histórias contadas por alguém”. Em razão dessa função básica da literatura infantil, ela foi durante muito tempo tratada como um gênero menor. De acordo com Coelho (2000), a Literatura destinada aos adultos em essência é a mesma destinada às crianças, no sentido de que literatura é arte, e como arte representa por meio da criatividade o mundo, o homem, a vida por meio da palavra. O que as diferenciam é a natureza do seu leitor/receptor: a criança, um ser humano em processo de desenvolvimento.

No século XX foi aberto o caminho para a descoberta da literatura infantil por meio da psicologia experimental que revelou a inteligência como elemento estruturador de cada indivíduo, os diferentes estágios do desenvolvimento da criança (da infância à adolescência) e sua importância para a formação da personalidade do futuro adulto. Só a partir de 1970 a literatura infantil passou a ser debatida em Congressos, Seminários, Simpósios nacionais e internacionais como importante formadora da mentalidade das crianças. Em 1980, a disciplina Literatura Infantil/Juvenil passou a integrar o Curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, e a partir de 1990, em nível de

Pós-Graduação (COELHO, 2000). De lá para cá, um longo caminho foi percorrido por diversos pesquisadores, escritores, ilustradores e editoras para destacar essa literatura que além de emocionar, divertir e dar prazer é capaz de formar novas mentalidades.

No entanto, com todo o avanço da literatura infantil, ainda havia um público não representado: as crianças negras. Aos poucos essa lacuna foi sendo preenchida com materiais abordando a temática africana e afro-brasileira no mercado editorial promovendo a afirmação e autoestima dessas crianças. Acreditamos que a Lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares contribuiu para a publicação de obras voltadas para essa temática. No entanto, ainda não é possível mapear o resultado do trabalho efetuado até agora pelos professores nas salas de aula. Sobre essa questão, a professora Iris Maria da Costa Amâncio no livro *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática Pedagógica* (2014, p. 20) aponta: “É sabido que a Lei 10.639/03 tem motivado uma série de ofertas de cursos de aperfeiçoamento e de especialização a respeito da História da África e da cultura afro-brasileira nos diversos estados brasileiros.” Mas, apesar da Lei ter sido decretada há quase 20 anos, ainda há muito a ser feito para que profissionais da Educação, alunos das licenciaturas, escritores e ilustradores (também) sejam capacitados a fim de que essa Lei não fique apenas no papel, mas cumpra o objetivo de provocar mudanças na mentalidade do povo brasileiro. Acreditamos que essa mudança só acontecerá quando houver discussões sobre a História e Cultura da África nos livros, pois conforme aponta Mikhail Bakhtin (2006, p. 126), o livro, enquanto objeto cultural, é “ato de fala impresso” e responde “a alguma coisa, refuta, confirma, antecipa as respostas e objeções potenciais, procura apoio, etc”. Sendo assim, é urgente que livros didáticos, paradidáticos e literários contem a História da África para o público infantil e jovem com um outro olhar, não mais do colonizador sobre o colonizado, que muitas vezes apresenta às crianças e jovens o povo africano marcado pela escravidão/subalternidade, miséria, fome e irracionalidade, mas que mostrem a história dos heróis africanos, sua luta, resistência, arte, religião. Sobre a importância do Estudo da África, sob outra perspectiva, o historiador J.D. Fage no livro *História da África I*, editado por J. Ki-Zerbo (2010) aponta que:

[...] baseando-se no que era considerado uma herança greco-romana única, os intelectuais europeus convenceram-se de que os objetivos, os conhecimentos, o poder e a riqueza de sua sociedade eram tão preponderantes que a civilização europeia deveria prevalecer sobre todas as demais. Consequentemente, sua história constituía a chave de todo conhecimento, e a história das outras sociedades não tinha nenhuma importância (FAGE, 2010, p. 8).

Fage destaca que essa postura era adotada pelas correntes de pensamento oriundas do Renascimento, do Iluminismo, e da crescente revolução científica e industrial, sobretudo, em relação à África. Por isso, a importância em contar a outra história do continente africano antes e depois do processo de colonização europeu. Nessa mesma perspectiva de construção de uma outra história do continente africano, o africanólogo e diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva, em entrevista concedida à *BBC Brasil* (2015), fala sobre a importância dos descendentes saberem que a história da África é tão bonita quanto a da Grécia. Sobre isso aponta:

Temos de estudar o continente africano não como um capítulo à parte, um gueto. A história da África está incorporada à história do mundo, porque ela foi parte e é parte da história do mundo. Que a história do negro no Brasil não seja isolada, como se o negro tivesse sido um marginal. O negro foi essencial na formação do Brasil.[...] É importante que os descendentes de africanos saibam que eles têm uma história tão bonita quanto a história da Grécia. Que eles não eram bárbaros, que não são descendentes de escravos. São descendentes de africanos que foram escravizados (SILVA, 2015, *online*).

Existe uma outra história que precisa ser recontada sobre o africano que foi silenciada. Podemos nos perguntar: O que estamos fazendo para combater o racismo em nossa sociedade? Acreditamos que o caminho é por meio de leis, reeducação e políticas públicas afirmativas. No campo da educação, a Lei 10.639/03 foi uma conquista para que a história e cultura afro-brasileira e africana se fizesse presente nas escolas promovendo discussões sobre o perigo da história única. Os livros de história que antes contavam apenas a história do europeu, conquistador, contam agora, também, a história do povo africano, que ao contrário, do que muito foi difundido tinha uma cultura, religião, enfim, uma história além-mar. História que foi silenciada, esmagada pelo colonizador europeu. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 combate à discriminação, o racismo, valoriza a identidade africana e coloca a educação como mecanismo de mudança social e ampliação da cidadania da comunidade negra. Sobre isso, a Filósofa Djamila Ribeiro aponta no livro *Pequeno Manual Antirracista* (2019) sobre a importância da família apresentar aos filhos

literaturas com personagens negros ou de manter-se atenta ao que é ensinado nas escolas dos filhos:

Algumas atitudes simples podem ajudar as novas gerações, como apresentar para as crianças livros com personagens negros que fogem dos estereótipos ou garantir que a escola dos seus filhos aplique a Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir a obrigatoriedade do ensino da história africana e afro-brasileira. Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades (RIBEIRO, 2019, p. 41-42).

Como consequência desse solipsismo branco, que aponta Ribeiro (2019), por muitos anos, crianças, adolescentes e jovens negros foram ultrajados em salas de aula ao terem que estudar sobre a história dos antepassados africanos, muitas vezes registrados e ilustrados como animais nos livros didáticos e paradidáticos. Há registros de crianças negras que não queriam retornar às escolas por terem sido humilhadas com piadas preconceituosas de seus colegas nas salas de aula, pois durante muitos anos tivemos nas escolas uma educação de exclusão, não de transformação. Como exemplo, podemos citar, o livro *Banzo, tronco & senzala* (1999), de Elzi Nascimento e Elzita Melo Quinta, que se referia aos negros de forma pejorativa, preconceituosa, ferindo assim a autoestima da comunidade negra. Esse livro, em março de 2003, foi apontado pelo Senador Paulo Paim, após a denúncia de uma família negra, como preconceituoso ao afirmar que os negros foram escravizados por traição de sua própria raça e que na condição de escravos, eles perderam a condição humana. As ilustrações do livro retratavam os negros escravizados como macacos. Paim declarou ao site da *Undime* (2003): “Qual é a autoestima de uma criança negra quando recebe um livro onde se diz que se o seu povo um dia foi escravo, os culpados foram os negros (traidores), e não os europeus da época, mercadores de escravos?”. O livro por meio do Decreto 23.654 de 07 de março de 2003 foi recolhido. O artigo 1º do Decreto obrigava as escolas da rede pública do Distrito Federal a recolher, de imediato, ao Núcleo de Acervo Bibliográfico e Livro Didático da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, os exemplares do citado livro que, porventura, tivessem adquirido.

Esse livro, se mantido nas escolas colaboraria para a manutenção do racismo estrutural que impede o desenvolvimento da comunidade negra na sociedade. Assim,

a cada dia torna-se importante transmitir às novas gerações os problemas causados pelo racismo em nossa sociedade e como devemos combatê-lo. Com base nisso, acreditamos que a educação para as Relações étnico-raciais² é um caminho para o avanço de uma sociedade a fim de diminuir os níveis de desigualdades.

Essa reeducação não fica atrelada apenas aos conteúdos, mas também ao relacionamento que promova o respeito entre todas as etnias, corrigindo posturas, atitudes e palavras desrespeitosas e discriminatórias. Toda a sociedade brasileira deve comprometer-se com uma educação antirracista, combater as sequelas do racismo e tornar ativa a Lei 10.639/03 em todas as escolas do Brasil, pois como afirma Ribeiro (2019, p. 15): “o antirracismo é uma luta de todas e todos”. As Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais (2004) propostas pelo Ministério da Educação para a efetivação da Lei 10.639/03 ressalta a necessidade de investimento na formação de professores a fim de que compreendam a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais e criem estratégias para um bom relacionamento entre alunos negros e brancos, e a sala de aula torne-se um espaço de discussão e valorização da cultura africana e afro-brasileira.

Sobre a valorização da história e cultura africana, na Palestra intitulada “*O perigo de uma história única*” (2009), que posteriormente foi publicada pela Companhia das Letras, a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie aborda a questão da falta de representatividade negra nos livros que lia na infância e adolescência. Ela era uma criança de classe média, a mãe era administradora e o pai professor, cresceu em um *campus* universitário no leste da Nigéria, por isso teve acesso à diversas literaturas infantis inglesas e americanas, mas nunca se viu representada nessas obras. Ela mesma quando passou a escrever, por volta dos sete anos de idade, relata que seus personagens também eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam sobre o tempo, uma realidade totalmente diferente da realidade dela, pois morava em um país quente, o clima estava sempre propício para as crianças brincarem e comiam mangas. A falta de representatividade negra nos livros que Adichie lia a fez pensar que personagens como ela não poderiam existir na literatura:

² Educação para as relações Étnico-Raciais- Reeducação das relações entre negros e brancos (Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004, p.13).

A meu ver, o que isso demonstra é como nós somos impressionáveis e vulneráveis face a uma história, principalmente quando somos crianças. Porque tudo que eu havia lido eram livros nos quais as personagens eram estrangeiras, eu convenci-me de que os livros, por sua própria natureza, tinham que ter estrangeiros e tinham que ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar. Bem, as coisas mudaram quando eu descobri os livros africanos. Não havia muitos disponíveis e eles não eram tão fáceis de encontrar quanto os livros estrangeiros, mas, devido a escritores como Chinua Achebe e Camara Laye, eu passei por uma mudança mental em minha percepção da literatura. Eu percebi que pessoas como eu, meninas com a pele da cor de chocolate, cujos cabelos crespos não poderiam formar rabos de cavalo, também podiam existir na literatura. Eu comecei a escrever sobre coisas que eu reconhecia (ADICHIE, 2009, informação verbal).

A escritora descobriu, por meio da leitura dos livros africanos, que existia uma outra história, outras culturas, não somente a europeia e a americana, e isso a salvou “de ter uma única história sobre o que os livros são” (ADICHIE, 2009, Informação verbal) e isso é libertador para qualquer pessoa, ainda mais para uma criança.

O livro *O cabelo de Lelê* retrata exatamente esse momento libertador em que uma menina descobre, por meio de um livro de História da África, a origem do formato do seu cabelo. Não se tratava apenas em dizer que era “diferente” dos demais. Mas, que o formato do seu cabelo era a marca da identidade geográfica, histórica e cultural dos seus ancestrais africanos. É fundamental que as crianças negras se vejam representadas positivamente nos livros infantis para que assim tenham uma formação saudável da sua autoimagem, e, conseqüentemente a autoestima elevada.

A ELEVAÇÃO DA AUTOESTIMA DA MENINA NEGRA NA LITERATURA INFANTIL “O CABELO DE LELÊ”, DE VALÉRIA BELÉM

Identificação: ato ou efeito de encontrar semelhanças. Aplica-se ao leitor quando ele se sente parecido com o personagem da narrativa que lê.

Marta Morais da Costa

O primeiro contato entre o autor e leitor infantil é geralmente silencioso e em solidão. Este é o momento em que o leitor decifra o livro, compreende e interpreta as palavras do autor. No livro *Metodologia do ensino da Literatura Infantil* (2013), Marta Morais da Costa, aponta que após a interação individual, a leitura pode ser socializada com outros potenciais leitores na forma de diálogos, debates e/ou atividades coletivas. É quando a leitura parte do plano individual para o social e se ressignifica:

Em consequência, ao tomar contato com a literatura infantil, a criança aprenderá não apenas a familiarizar-se com a linguagem escrita. Muito mais do que isso, a criança estará formando o modo de pensar, os valores ideológicos, os padrões de comportamento de sua sociedade e, em especial, estará alimentando o seu imaginário. [...] Ela forma as referências simbólicas, afetivas e de pensamento que irão permanecer na memória e influenciar comportamentos futuros. Não há passagens ingênuas e sem consequências nos textos literários (COSTA, 2013, p. 27).

É o que acontece com a personagem Lelê, uma menina negra, que em um momento de dúvidas e solidão tem um encontro com um livro e ressignifica a história dela dando uma conotação alegre e afirmativa. Isso corrobora também com o pensamento do professor e escritor Kabengele Munanga no livro *Negritude: usos e sentidos* (2009) em que afirma que a consciência histórica gera um sentimento de coesão, segurança e solidez, por isso cada povo faz esforço para conhecer a sua verdadeira história e transmitir às futuras gerações. Por esse motivo, no processo de colonização/escravização há uma tentativa muito forte do colonizador em apagar a história/memória coletiva dos colonizados para subjugar-los. O corpo negro por muitos anos foi animalizado e explorado, isso gerou um sentimento de inferiorização e autoestima baixa. Munanga (2009, p. 17) ainda aponta que: “A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade”. E sendo a infância e adolescência, época de tantas transformações físicas e psicológicas, o ser humano precisa de um apoio para atravessar esse período. Nessa travessia, a leitura literária cumpre um importante papel, uma vez que “a partir da transfiguração da realidade pela imaginação, o livro infantil põe a criança em contato com o mundo e com todos os seus desdobramentos” (AGUIAR, 2001, p. 83).

Na primeira página do livro *O cabelo de Lelê*, o narrador relata na primeira linha que “Lelê não gosta do que vê” (BELÉM, 2012, p. 5). Logo em seguida temos a resposta, Lelê não gosta do seu cabelo: “-De onde vem tantos cachinhos? Pergunta sem saber o que fazer.” (BELÉM, 2012, p. 5). A menina joga o cabelo para todos os lados e continua sem saber o que fazer com ele. Lelê é uma menina curiosa, ela sabe que existe uma resposta e resolve buscar essa resposta em um livro. Temos a impressão que ela não sabia do que se tratava o livro exatamente, mas sabia que ele traria respostas para ela. Então, depois de muito procurar em sua casa, encontra-o. É

um livro que tem como título *Países Africanos*. Começa, então, o seu momento de descoberta da História da África com a leitura do livro no aconchego do quarto dela:

Depois do Atlântico, a África chama/ E conta uma trama de sonhos e medos/ De guerras e vidas/ e mortes no enredo/ Também de amor no enrolado cabelo/ Puxado, armado, crescido, enfeitado/ Torcido, virado, batido, rodado/ São tantos cabelos, tão lindos, tão belos (BELÉM, 2012, p. 14).

Podemos destacar esse trecho como o momento de identificação de Lelê com a obra e a descoberta da sua identidade, da origem dos seus cabelos cacheados, pois quando vira a outra página do livro existe um mural com meninas negras, representando diferentes etnias africanas, com todo o tipo de penteado e estilos possíveis, sem limites para a criatividade.

De acordo com (COSTA, 2013, p. 151-152) identificação é o “ato ou efeito de encontrar semelhanças. Aplica-se ao leitor quando ele se sente parecido com o personagem da narrativa que lê”. Nesse caso, Lelê se reconhece nas personagens da história, tem sua pergunta inicial respondida, então, pega a sua bicicleta e sai para brincar, agora com um novo sentimento em seu peito:

Lelê gosta do que vê/ Vai à vida, vai ao vento/ Brinca e solta o sentimento/ Descobre a beleza de ser como é/ Herança trocada no ventre da raça/ Do pai, do avô, de além-mar até/ O negro cabelo é pura magia/ Encanta o menino e a quem se avizinha (BELÉM, 2012, p. 19-24).

No trecho acima é notória a mudança de sentimentos de Lelê; antes triste, não aceitando o seu cabelo, sem saber o que fazer com ele. Após a leitura e identificação com a história e as personagens apresentadas no mural de fotos passa a gostar do que vê e começa a experimentar os diferentes penteados em seu cabelo. Podemos interpretar que Lelê passa a se amar, a valorizar a vida, a história dela, enfim abre o coração e liberta-se para ser quem é, sem medos. Assim, podemos constatar que o reconhecimento da história por meio dos livros infantil é de suma importância para a elevação da autoestima de uma criança que está em processo de formação da sua personalidade, pois por meio da história:

Lelê já sabe que em cada cachinho/ Existe um pedaço de sua história/ Que gira e roda no fuso da Terra/ De tantos cabelos que são a memória/ Lelê ama o que vê!/ E você? (BELÉM, 2012, p. 27-29).

O livro termina lançando a pergunta ao pequeno(a) leitor(a): “E você?”. Oxalá que esta pergunta tão pessoal e direcionada ao público leitor ecoe nas mentes e “toque os corações” de todas as crianças que a ele tiverem acesso transformando mentalidades, como é o desejo da autora relatado em entrevista. Oxalá que o livro “toque o coração” da criança branca, ensinando-a a respeitar e valorizar o outro. Em outras palavras, Costa (2013, p. 33) aponta que: “Trabalhar com a Literatura Infantil representa simultaneamente, contribuir para a formação integral da criança e inseri-la na alteridade, isto é, no contato com o que é diferente dela”. A partir dos conhecimentos adquiridos nos textos sobre pessoas diferentes e com pensamentos diferentes do dela permitirá que o processo de compreensão do mundo e dos outros seja alargado.

Dessa forma, acreditamos na importância do conhecimento e aplicação da Lei 10.639/03 por profissionais da educação e por todos aqueles que trabalham direta e indiretamente com a formação do leitor infantil e jovem, na criação de estratégias para combater o racismo, ainda presente em nossa sociedade.

Munanga (2009, p. 33-34) destaca: “A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc.” Esse discurso, amplamente divulgado, a tudo que se refere ao povo negro precisa ser combatido por meio do reconhecimento da história africana, com uma visão afirmativa e de respeito à cultura e características desse povo, que assim como outros povos, têm uma história que precisa ser contada, não mais da perspectiva do colonizador/opressor que objetiva apagar a história e a memória do colonizado para manter-se no poder, e para isso, adota um discurso de inferiorização e animalização do colonizado, como aconteceu ao povo africano. Somente com uma reeducação para as relações étnico-raciais poderemos ter uma escola com espaço para a diversidade.

Munanga (2009) afirma também que quando a criança negra conhece a sua história ela reconquista o seu lugar no mundo moderno. Quando Lelê se reconheceu na história contada pelo livro que lia, passou a amar-se e interagir com as outras crianças; a curiosidade dela e o desejo de buscar respostas a tornou protagonista da sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, vale ressaltar que há um longo caminho a ser percorrido para que a História e Cultura da África sejam abordadas de uma maneira afirmativa nos livros para crianças e jovens. A Lei 10.639/03 representa avanço e desafio, pois foi promulgada há quase 20 anos em nosso país, e ainda não temos um levantamento oficial da repercussão, das mudanças que ela efetuou nas escolas em relação ao Ensino da História Africana nas disciplinas de História, Literatura e Artes, por exemplo.

Podemos perceber que várias produções literárias com a temática africana e afro-brasileira surgiram nos últimos anos como resultado da Lei 10.639/03. As prateleiras de muitas bibliotecas de escolas públicas receberam diversos livros que abordam essa temática afirmativamente. Dessa forma, O livro *O cabelo de Lelê*, dialoga com a Lei 10.639/03, pois por meio da história de Lelê conhecemos a História da África e muitas meninas negras se veem representadas, identificadas positivamente na Literatura. Isso contribui para que tenham uma visão afirmativa da sua identidade.

Valéria Belém, como escritora branca, revela em seu projeto literário *O cabelo de Lelê* uma arte que contribui para o resgate, com dignidade, da história dos africanos e afro-brasileiros. É mister que a literatura infantil continue ocupando um lugar de destaque no mercado editorial e que escritores, editores, ilustradores descubram e se encantem com a História e a Cultura africana e a partir desse encontro criem histórias que não sejam mero entretenimento, mas “uma aventura especial que engaje o eu em uma experiência rica de vida, inteligência e emoções” (COELHO, 2000, p. 32) afirmando, assim, o protagonismo das crianças negras. Eis um desafio aos educadores e escritores da atualidade: explorar e apresentar, afirmativamente, por meio da literatura a outra história do povo africano.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. [S. l.; s. n]. 2009. 1 vídeo (19 min 16 s). Publicado pelo canal TED. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D9lhs241zeg>. Acesso em: 20 dez. 21.

AGUIAR, V. T. (Coord.). **Era uma vez...na escola**: formando educadores para formar leitores. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001, p. 80-83.

AMÂNCIO, I. M. C. Lei 10.639/03 Cotidiano Escolar e Literaturas de Matrizes Africanas: da Ação Afirmativa ao Ritual de Passagem. *In*: AMÂNCIO, I. M. da C.; GOMES, N. L.; JORGE, M. L. dos S. **Literaturas Africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 20.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006, p. 126.

BELÉM, V. **O cabelo de Lelé**. São Paulo: IBEP, 2012, p. 5-29.

BRASIL. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2003a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 23.654, de 07 março 2003**. Determina à rede pública de ensino do Distrito Federal o recolhimento do livro Banzo, Tronco e Senzala e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, nº 47, p. 2, col. 2, 2003b. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/42860/Decreto_23654_07_03_2003.html. Acesso em: 15 dez. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/ SEPPIR, 2004. Disponível em: <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 dez. 21.

CÉSAIRE, A.; MOORE, C. (org.). **O discurso sobre a negritude**. Tradução: Ana Maria Gini Madeira. Belo Horizonte: Nandyala, 2010, p. 107.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000, p. 29-32.

COSTA, M. M. C. **Metodologia do ensino da Literatura infantil**. Curitiba: InterSaber, 2013, p. 27-152.

DUARTE, E. A. Por um conceito de literatura afro-brasileira. **Terceira Margem**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 113-138, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/tm/article/download/10953/8012>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia da África. *In*: KI-ZERBO, J. (Ed.). **História Geral da África I: Metodologia e pré-história da África** 1. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 1-8. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 15 dez. 2021.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL. **Prêmio FNLIJ**. Rio de Janeiro, [2019?]. Disponível em: <https://www.fnlij.org.br/site/premio-fnlij.html>. Acesso em 17 dez. 21.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 21-110.

HYPENESS. **Racismo**: Garoto é impedido de se matricular em escola por conta do seu cabelo afro. [S.l.], 18 mar. 2019. Disponível: <https://www.hypeness.com.br/2019/03/racismo-garoto-e-impedido-de-se-matricular-em-escola-por-conta-do-seu-cabelo-afro/>. Acesso em: 16 dez. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pretos ou pardos estão mais escolarizados, mas desigualdades em relação aos brancos permanece. [S.l.]: **Atmosfera**, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://www.atmosferaonline.com.br/pretos-ou-pardos-estao-mais-escolarizados-mas-desigualdade-em-relacao-aos-brancos-permanece/>. Acesso em: 21 jun. 2021.

MUNANGA, K. **Negritude**: Usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17-40.

NASCIMENTO, E; QUINTA, E. M. **Banzo, Tronco & Senzala**. São Paulo: Harbra, 1999.

PORTAL DOS JORNALISTAS. **Valéria Belém**. [S.l.], 07 jun. 2017. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/valeria-belem/>. Acesso em: 15 dez. 2021.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 15-42.

SILVA, A. C. Descendentes precisam saber que história da África é tão bonita quanto a da Grécia. [Entrevista concedida a] Fernanda da Escóssia. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/11/descendentes-precisam-saber-que-historia-da-africa-e-tao-bonita-quanto-a-da-grecia.html>. Acesso em: 06 dez. 2021.

UNDIME – UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Brasília - Livro que humilha negro será recolhido**. [S.l.]: UNDIME, 10 mar. 2003. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/brasilia--livro-que-humilha-negro-sera-recolhido>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Sobre a autora

Lisiane Oliveira e Lima Luiz

Doutoranda em Estudos Literários pela UNEMAT, campus de Tangará da Serra. Mestra em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia (2018). Possui graduação em Letras Português e suas Respectivas Literaturas pela Universidade Federal de Rondônia (2014). Atua como pesquisadora nos Grupos de Pesquisa: Literaturas de Língua Portuguesa (LILIPO), Grupo de Estudos Teóricos e Literários (GESTELIT) e Literatura e Cultura nos Países de Língua Portuguesa.